



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

INALDA SISENANDO DA COSTA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AVANÇOS E DESAFIOS.

**PATOS – PB
2014**

INALDA SISENANDO DA COSTA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AVANÇOS E DESAFIOS.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do título de especialista em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba.

**PATOS-PB
2014**

C838e Costa, Inalda Sisenando da
Educação de Jovens e Adultos [manuscrito] : avanços e
desafios / Inalda Sisenando da Costa. - 2014.
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Fundamentos da Educação:
Prát. Pedag. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Gabriela Tavares dos Santos, UFPB".

1. Educação de jovens e adultos. 2. Práticas de ensino. 3.
Formação do professor. 4. Educação popular. I. Título.

21. ed. CDD 374.012

INALDA SISENANDO DA COSTA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AVANÇOS E DESAFIOS.

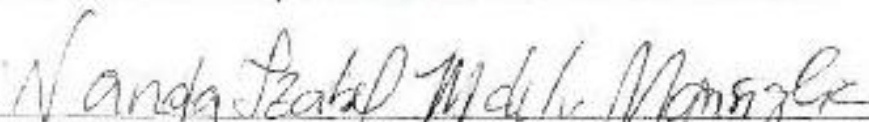
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do título de especialista em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba.

Aprovada em: 19/07/2014

BANCA EXAMINADORA



Msc. Gabriela Tavares dos Santos-Professora Orientadora



MSc. Wanda Izabel Monteiro de Lima Marsiglia-Examinador I



Dra. Djane de Fatima Oliveira-Examinador II

ADeus, por está sempre presente na minha vida, e ter guiado meus passos, aos meus familiares e aos meus amigos pelo apoio incondicional, os professores pela paciência demonstrada no decorrer do curso, enfim a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus criador do Céu e Terra pelo dom da vida e por me guiar na busca por novos conhecimentos.

A minha família, por sua capacidade de acreditar em mim.

Aos meus amigos de sala pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas ao longo do curso, com vocês venci confiante os obstáculos.

Aos meus filhos que são a luz da minha vida, que nas horas difíceis estiveram presente tornando a caminhada mais fácil e agradável.

Ao meu esposo, por facilitar minha vida nessa jornada, pela admiração e por fazer da sua alma um cais seguro, onde eu pude ancorar o barco da minha existência.

A minha professora e orientadora, pela força que sempre me dedicou e por acreditar que eu posso ir cada vez mais longe.

Aos professores e professoras, que fizeram parte de minha jornada em busca do conhecimento.

A todos vocês muito obrigada.

[...] para mim, é impossível existir sem sonho.
A vida na sua totalidade me ensinou como
grande lição que é impossível assumi-la sem
risco.

(Paulo Freire)

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que historicamente, no contexto da política educacional, é colocada à sua margem, em função do lugar social que ocupa o público que ela atende o das classes populares. O presente trabalho trata-se de um estudo a respeito da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tendo em vista que essa modalidade de ensino atende a grande parte da população e que esses alunos são sujeitos com possuidores de sua própria história de vida a qual deve ser considerada durante todo o processo de ensino aprendizagem. Essa pesquisa teve por objetivo traçar reflexões a respeito do percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos, ressaltando aspectos inerentes de tal modalidade, como a formação de professores, as bases legais e os movimentos de educação popular.

Palavras – chave: Educação de Jovens e Adultos; professor; ensino; educação popular;

ABSTRACT

Educating Youth and Adults is a teaching that historically, in the context of educational policy, is placed on its bank, according to the social place that occupies the public it serves the grassroots. The present work it is a study about the Education of Youth and Adults in Brazil, considering that this type of education serves much of the population and that these students are subject to possessing its own life story which should be considered during the whole process of teaching and learning. This research aimed to draw reflections on the historical path of the Youth and Adult Education, highlighting aspects inherent in such a modality, such as teacher training, legal bases and popular education movements.

Keywords: Youth and Adult Education; teacher; education; popular education;

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO.....	09
2 EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL.....	11
2.1 Breve histórico da Educação de Adultos	11
3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR	16
3.1 Os movimentos de Educação Popular.....	16
3.2 O professor da EJA.....	19
4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS BASES LEGAIS.....	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O Analfabetismo de pessoas Jovens e Adultas se configura ao longo da história brasileira como um dos problemas mais relevantes e que causam impactos e desequilíbrio social. Ao longo desse tempo houve algumas campanhas de alfabetização, mas a grande maioria das iniciativas de alfabetizar na EJA se deu nos conhecidos Movimentos de Educação Popular. De acordo com o censo do IBGE (2010) a Paraíba possui cerca de 20,20 % de sua população analfabeta, se configurando como o terceiro estado brasileiro com o maior índice de analfabetismo.

O objeto de estudo é a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva dos seus avanços e dificuldades, buscando analisar e compreender aspectos sobre o trabalho docente com essa modalidade de ensino e tecendo reflexões evidenciando a relação entre a teoria e a prática.

A Educação de Jovens e Adultos ao longo de seu percurso histórico conquistou avanços no que se refere ao seu aparato legal, porém o fato é que pouco se fez na prática para cumprir as legislações em cada época, leis e artigos foram alterados sem se quer ter sido concretizado em ações, mostrando que existem muitos desafios a serem superados para que seja oferecida uma educação de qualidade.

A pesquisa apresentada tem forte relevância acadêmica, tendo em vista que essa modalidade de educação contempla pessoas jovens e adultas que não foram alfabetizadas na idade adequada e são por motivos diversos excluídas de diversas situações sociais, passando por constrangimentos em um mundo permeado pela informação que exigem de todos o pleno domínio da leitura e da escrita.

O texto está estruturado em três seções as quais abordam respectivamente A Educação de Adultos no Brasil, onde é traçado um breve histórico da EJA no Brasil, desde o início pela alfabetização catequista. Na segunda seção são tecidas reflexões a respeito da ligação entre a Educação de Jovens e adultos e os Movimentos de Educação Popular, nessa seção aborda se também a questão da formação profissional dos professores da EJA.

Enquanto que a terceira seção trata das bases legais que fundamentam e garantem a Educação de Jovens e Adultos como um direito,

2 EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

2.1 Breve histórico da Educação de Adultos

A história da educação brasileira passou por diversos períodos e foi marcada pelas mudanças e reformas políticas, econômicas e sociais de cada época. A Educação de Adultos no Brasil também está estritamente ligada à trajetória histórica dessas transformações.

A educação de adultos teve início desde o período colonial, quando a população adulta era conduzida a catequizações pelos padres jesuítas, mesmo abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. Os jesuítas em seu modelo de educação referendavam a doutrina e preceitos da religião católica. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, por não ser esta responsável pela produtividade (CUNHA, 1999). Nesse contexto histórico, as iniciativas do governo para a educação de adultos eram assistemáticas e de responsabilidade da Companhia de Jesus, pois segundo Priore (2004) Dom João IV reafirmava ser a Companhia de Jesus a única autoridade competente para tratar assuntos referentes aos indígenas.

Priore (2004) enfatiza que até 1580 os jesuítas tiveram exclusividade na ação religiosa no Brasil, como missionários oficiais da Coroa. A educação, principalmente a catequese indígena, ficou como responsabilidade quase total dos jesuítas, até a sua expulsão no século XVIII.

As missões jesuíticas entraram em choque com os ideais do marquês de Pombal, que ao realizar a reforma pombalina pretendia transformar Portugal em uma metrópole capitalista a exemplo do que já ocorria com alguns países europeus. Vários aspectos dessa reforma empreendida por Pombal, como a libertação dos indígenas, eram incompatíveis com o método educacional dos jesuítas que passaram a ser contra a interferência real nos seus assuntos.

Segundo Maxwell (1996), Pombal não agia por intenção, mas pelas opções determinadas pela posição de Portugal no sistema de Estado mercantilista do século XVIII. A expulsão dos jesuítas por Pombal teve como

objetivo suprimir o domínio religioso sobre a fronteira, acordada no tratado de Madri, onde estavam situadas as sete missões jesuíticas. A partir desse momento temporal, muitas mudanças ocorrem no sistema educacional, que passou a ser gerido através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

Se analisarmos os fatos, observa-se que a reforma pombalina desestruturou a educação da Colônia, pois foram mais de trinta anos para o novo modelo ser implantado, ao mesmo tempo em que eram consideradas como aulas isoladas, de um ensino fragmentado e com professores despreparados. A partir de então, o Estado passa a assumir a responsabilidade pelo sistema educacional da Colônia, nos vários termos do Alvará, no que se refere à contratação e fiscalização de professores, do material didático utilizado e de toda a proposta de ensino estabelecida para as escolas.

A educação como responsabilidade do Estado, partiu de um propósito econômico e já tem início com a ingerência, com a exclusão, beneficiando apenas os interesses educacionais da elite colonial subordinante.

A vinda da família real para o Brasil, período Joanino (1808 a 1821) que para alguns historiadores como Lima (1997), “o Brasil foi finalmente descoberto”, e a independência do Brasil movimentam também as mudanças na educação, mas no período imperial coexistia os resquícios coloniais de atraso para a maior parte da população, com um ensino de caráter classista e permeado de preconceitos contra o povo oriundo das classes desfavorecidas, fruto de um estado inoperante e que segundo Holanda(2001), era dirigido pelas elites que se distinguiam do restante do povo quer pela nobreza de sangue ou pelos títulos honoríficos concedidos pelo imperador aos bacharéis, Moura (2003), ratifica dizendo que a preocupação com a educação volta-se para a criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia.

Mesmo diante desse quadro alguns momentos mereceram destaques na educação no período imperial, em Lima (1997) a primeira Constituição Brasileira outorgada em 1824, o Art. 179 desta Lei Magna dizia que a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”.

Em 1823, na tentativa de se suprir a falta de professores instituiu-se o Método Lancaster, ou do “ensino mútuo”, onde um aluno treinado ensina um grupo de dez alunos sob a rígida vigilância de um inspetor (LIMA, 1997).

Em 1826 um Decreto instituiu quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. E, em 1827 um projeto de lei propõe a criação de pedagogias em todas as cidades e vilas, além de prever o exame na seleção de professores, para nomeação. Propunha ainda a abertura de escolas para meninas. Em 1834 o Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Graças a isso, em 1835, surge a primeira escola normal do país em Niterói. Em 1837, onde funcionava o Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro, é criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Efetivamente o Colégio Pedro II não conseguiu se organizar até o fim do Império para atingir tal objetivo (LIMA 1997).

Até a proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira originando um elevado percentual de adultos analfabetos e que desencadeou a necessidade de escolas noturnas para atender esse contingente. Em 1876, foi feito então, um relatório, pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo, apontando a existência de 200 mil alunos freqüentes às aulas noturnas eram a única forma de educação de adultos praticada no país. Segundo Cunha (1999), com o desenvolvimento industrial, no início do século XX, inicia-se um processo lento, mas crescente, de valorização da educação de adultos.

Analisando as Constituições Federais após a Proclamação da República, observam-se conquistas e retrocessos no que se refere à educação e em extensão a educação de adultos, a Constituição de 1934, dispõe, pela

primeira vez, que “a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”.

A constituição de 1937, apesar de reforçar algumas tendências fascistas, orienta a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado, retrocede ao propor que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual pública e particular, tirando do Estado o dever da educação. As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nessa nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas (ROMANELLI, 1991).

Com a Nova República (1946-1963), a educação recebe grandes contribuições defendidas: em 1950, em Salvador, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro) dando início a sua idéia de escola-classe e escola-parque; em 1952, em Fortaleza, Estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima iniciou uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético; em 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: O Ministério da Educação e Cultura; em 1961 tem início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas 24 adultos analfabetos; em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, que substitui o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação e, ainda em 1962 é criado o Plano Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no método Paulo Freire (LIMA, 1997).

O regime militar (1964-1985) desmobilizou os movimentos de educação e as conquistas até então adquiridas. O Decreto-Lei 477, de caráter repressor intimidou alunos e professores, fechou universidades e muitos foram presos e assassinados, desencadeando o medo da repressão, calando a voz daqueles que defendiam uma educação democrática e pluralista.

Numa tentativa de arrefecimento das tensões, os governos militares, adotaram alguns projetos e programas com propostas aparentemente, voltadas para o favorecimento da educação de adultos. Entre as iniciativas podemos destacar: Cruzada ABC, MOBRAL, MEB. No sentido de suavizar as tensões e formar mão-de-obra, sendo estas desenvolvidas por professores improvisados, temporários e selecionados através de políticas paternalistas e eleitoreiras (MOURA, 2009). Dentre esses programas o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL teve grande repercussão nacional na tentativa de erradicar o analfabetismo, mas após denúncias de corrupção foi extinto e substituído pela Fundação Educar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 5.692/71 atribui um o Capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos estados atender jovens e adultos, fortalece o ensino profissionalizante. O ensino supletivo, implantado em 1971, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil.

Vieira (2004) enfatiza que:

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia como função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria.

Por outro lado, essa mesma LDB exclui do currículo disciplinas das áreas das ciências humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), tendo sido consideradas como ciências do conhecimento científico na primeira o metade do século XX, as disciplinas citadas fazem parte de uma área do conhecimento que têm por objetivo o estudo dos seres humanos em suas múltiplas relações, fundamentado por meio da articulação entre esses diversos saberes. Nesse sentido, a produção científica acelerada pela sociedade tecnológica, tem colocado em debate uma gama variada de novas questões de natureza ética, cultural e política, que necessitam emergir como objeto de análise das disciplinas que compõem as ciências humanas. (BRASIL, 2004)

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

3.1 Os movimentos de Educação Popular

A principal característica da Educação Popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele. A Educação é vista como ato de conhecimento e transformação social, tendo certo cunho político.

Os movimentos de Educação Popular ao longo de sua historia no Brasil, surgem diversas vezes marcados pela ação popular em contrapartida a falta de políticas educacionais do governo. É marcado pela figura de seu maior idealizador e pensador Paulo Freire. Criador de um método próprio para alfabetizar jovens e adultos, a partir de suas experiências de vida, bem como da realidade social a qual estão inseridos, permitindo não apenas um novo olhar quanto aos fatores sociais e políticos envolvidos, mas também a própria intervenção do sujeito enquanto tomada de consciência de que é um cidadão crítico- consciente.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspirou-se as principais proposta de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Essas propostas foram empreendidas por intelectuais e estudantes católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares. Ressalta-se que os trabalhos de educação popular, em particular da alfabetização, foram na sua grande maioria inspirados nas idéias de Paulo Freire, na chamada Pedagogia da Libertação ou Pedagogia dos Oprimidos.

Ao longo das décadas foram criados e implementados pelo governo diversos projetos que visavam atingir o público alvo de jovens e adultos analfabetos e erradicar os índices negativos do Brasil nessa modalidade. Muitos desses projetos tinham pretensões a curto e médio prazo e representaram pouco avanço diante da dificuldade de manter os jovens e adultos em sala de aula, uma verdadeira luta contra a evasão.

O ser humano desde o seu nascimento aprende através da interação com o mundo que o cerca, essa interação com pessoas e objetos permite que ele se aproprie de diferentes conhecimentos e acrescente para o uso no dia-a-dia. Enquanto sujeito singular, possui uma história de vida, aprende e reconstrói seus saberes na experiência. Sendo assim não se pode desmerecer ou ignorar os conhecimentos prévios trazidos pelo público da EJA, eles têm uma história de vida que precisa ser respeitada e valorizada fazendo-os compreender seu papel diante do mundo e que a aquisição das habilidades de leitura e escrita irão proporcionar melhorias na qualidade de vida.

De acordo com o pensamento freiriano ações de impacto social se desenvolvem a partir da tomada de consciência cidadã por parte de jovens e adultos, diante do conhecimento da realidade e o desejo de transformação do mundo que os cerca, eles exercem participação social. Essa conquista se dá porque o jovem e adulto possuem um vasto conhecimento de vida, trabalham e convivem em sociedade, mas o estudo e o domínio da leitura e a escrita permitem que essa atuação social seja ampla e que eles passem a se reconhecer enquanto cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

Na visão freiriana a educação não tem como meta única a preocupação que o educando jovem e adulto apenas leia as palavras, como o próprio Paulo Freire (1990) dizia “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, a realidade que cerca o educando tem forte influência sobre a sua vida, a aprendizagem da leitura e da escrita permite a esse educando que já enxerga o mundo que o cerca, uma releitura desse mundo com a capacidade de interferência e mudança. Paulo Freire (1985, p.35) aborda a nova forma de alfabetizar jovens e adultos:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos, se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário a alfabetização como ao de

conhecimento, como ato criador e como ato político, é um esforço de leitura do mundo e da palavra.

Esse é o grande desafio dos educadores que trabalham com a EJA trabalhar numa perspectiva que supere a alfabetização mecânica e que se caracterize como produtiva e promotora da cidadania na sociedade contemporânea. Estatisticamente fica comprovado um número relevante de evasões nas turmas da EJA e esse distanciamento da escola se dá diante de diversos fatores que vão dos de interesse pessoal, cansaço físico, impossibilidade de deixar os filhos para estudar e até mesmo a falta de identificação do educando com a metodologia utilizada pelo professor. Scocuglia (1999, p.12):

A educação e a pedagogia, para Freire, sempre estiveram carregados de uma politicidade, ou seja, a prática educativa e a reflexão sobre essa prática eram considerados atos políticos de escolha, de decisão, de luta entre contrários, de conquista da cidadania negada.

Os projetos de alfabetização de jovens e adultos que seguem o pensamento freiriano têm como base ideológica a proposta inicial da experiência realizada pelo próprio Paulo Freire e necessariamente precisa ter um caráter libertador, visando não somente a alfabetização, como uma decodificação de mensagens escritas, mas uma tomada de consciência crítica, interferido diretamente na formação do sujeito como cidadão, conhecedor de seus direitos e deveres dentro da sociedade, como participante que não apenas está inserido em um contexto social, mas que faz parte direta desse contexto, não de forma passiva, mas de forma ativa, permitindo a criação e recriação da realidade.

Dentro desse contexto de Educação Popular Beisiegel (2004, p.41) afirma:

A mera alfabetização já não é aceitável. (...) é preciso assegurar, pelo menos, uma educação que realmente ajude os educandos na plena formação dos direitos da cidadania. Os projetos que parecem emergir da análise dos programas de educação popular praticados na atualidade, com poucas exceções, apontam para uma vida social marcada pelo respeito aos direitos da cidadania.

A educação servirá dentro dessa proposta um instrumento de libertação e tomada de consciência crítica dos jovens e adultos, pois as habilidades de leitura e escrita a serem dominadas pelos trabalhadores tornar-se-ão instrumentos para o acesso a cidadania e para a autonomia da gestão de seus negócios. O aluno da EJA passa na maioria das vezes por um processo de exclusão social que o impede de dar continuidade aos seus estudos. O trabalho e obra de Paulo Freire são um marco para o estudo da EJA no Brasil, esse educador constituiu uma proposta de mudança radical na educação e objetivos de ensino, partindo da compreensão de que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação.

A educação é um processo fundamental para a tomada de posicionamento e formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade e nos diversos setores que a compõe, inclusive na economia. E a Educação de Jovens e Adultos assume um importante papel no âmbito social, pois muito mais do que trabalhar as habilidades de leitura e escrita, ela trabalha o resgate da cidadania buscando caminhos para a inclusão social, pode ser uma das alternativas de inclusão desses trabalhadores e alunos.

3.2 O professor da Educação de Jovens e Adultos

A Proposta Curricular para o 1º segmento da EJA parte do princípio de que a construção de uma educação básica para jovens e adultos, voltada para a cidadania, não se resolve apenas garantido a oferta de vagas, mas, sim, oferecendo-se ensino de qualidade, ministrado por professores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento e de estar atentos às dinâmicas sociais e a suas implicações no âmbito escolar. Além disso, é necessário definir claramente o papel da

Educação de Jovens e Adultos na sociedade brasileira e de que modo os objetivos propostos para o Ensino Fundamental podem ser atingidos por esses alunos (RIBEIRO, 1998).

No entanto, os professores que se propõem a ou se impõem a ‘ensinagem’ de jovens e adultos, em sua maioria não têm a habilitação e a qualificação especial para tal. “São quase sempre professores improvisados” (MOURA, 2009, p.46).

Com base no exposto, muito se questiona sobre a formação dos professores da educação básica no Brasil, e esse quadro se estende e até se intensifica quando se trata da educação dos jovens e adultos, pois há em muitas escolas um grande número de professores sem formação específica, elencada como uma das dificuldades mais frequentes, para aqueles que trabalham com a EJA, haja vista que proposta assume papel secundário, ficando sempre em segundo plano para as autoridades por se tratar de uma parte menor do contingente escolar e muitas vezes discriminada por se tratar de uma modalidade de ensino destinada a um público com menor perspectiva de ascensão social.

Por outro lado, a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs aponta para a construção de uma proposta curricular local que subsidie o Ensino Fundamental em turmas de jovens e adultos, também é necessário valorizar os trabalhos dos docentes como produtores, articuladores, planejadores das práticas educativas e como mediadores do conhecimento socialmente produzido; destacando a importância de que os docentes possam atuar com a diversidade existente entre os alunos e com seus conhecimentos prévios como fonte de aprendizagem de convívio social e meio para aprendizagem de conteúdos especificados.

Assim, são tão importantes para a Educação de Jovens e Adultos certos conteúdos que os educadores devem lhes ensinar quanto à competência para analisar a sua realidade cotidiana e participar, satisfatoriamente, de processos decisórios.

Pinto (2003) destaca que:

O professor necessita sempre de capacitação, que vai além de cursos, seminários, pois o professor eficiente faz indagações sobre sua prática, busca a troca de experiências com seus colegas, são os considerados autossuficientes que se estacionam no caminho de sua formação.

São apontados várias razões para a deficiência na formação desses profissionais que atuam em EJA, como: o tratamento que o Estado Brasileiro vem dando à formação e à carreira dos professores da EJA ao longo do processo histórico; a morosidade para institucionalização dessa modalidade como educação básica; as múltiplas responsabilidades frente a essa modalidade educacional específica; a improvisação de professores e a transposição daqueles do Ensino Fundamental de crianças e adolescentes para atuarem na prática pedagógica com jovens, adultos e idosos, sem a formação adequada; a formação inicial nos cursos de pedagogia e de formação continuada; e a omissão das instituições formadoras.

Muitas são as causas apontadas, porém é preciso encontrar um caminho que conduza para o atendimento do princípios e funções da educação de jovens e adultos, que atinja os anseios e perspectiva do aluno-trabalhador.

Pinto (2003) esclarece que:

A educação de adultos deve ver educado como ser pensante, dotado de um conhecimento prévio, resultado da sua vivencia em família, no trabalho, enfim em sociedade, não pode perceber como um anormalidade social, por isso o educador tem que valorizar o educando como membro atuante da sociedade, até porque muitos já atuam como lideres em suas comunidades, cabe a educação elevar o nível cultural desses cidadãos.

Os educadores precisam ser possuidores dos fundamentos que lhes permitam incluir referenciais teórico-metodológicos próprio à área como as contribuições da psicogênese e da teoria histórico-cultural, compreendendo dessa forma as característica e especificidades dos alunos nos aspectos antropológico, histórico, filosófico, cultural, psicológico, sociolinguístico.

Mesmo diante de um mundo globalizado, cada país tem que definir as finalidades da escola e em extensão à formação de seus professores, a prova disso é que as informações atravessam as fronteiras, mas muitos países ainda utiliza a educação como um instrumento de reprodução da desigualdade e mantém os interesses de poucos garantidos.

Se queremos uma escola autônoma, democrática, construtiva, podemos enveredar pelos sete saberes de Morim (MORIN, 2002), para isso o professor deve ter perfil que construa competências e caracterize como um ser confiável, intercultural, mediador, organizador de uma vida democrática, transmissor cultural, intelectual.

Aliado a essas competências o professor deve ter uma prática reflexível e uma visão crítica (PERRENOUD, 2006). De acordo com Pinto (2003), em relação aos processos educativos de formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos podemos entender:

Na relação educacional o educador crítico reconhece o aluno como sujeito capaz de ensinar e aprender, resgata no educando a autoestima, e faz sentir contribuinte da sociedade, das mudanças em si mesmo e na realidade local, deixando claro que quem ensina também aprende.

Portanto o professor não pode se considerar pronto, acabado, pois a educação tem que acompanhar a sociedade que constantemente é movida pelas transformações de cada época, por isso os educadores tem que se adequar a esse processo contínuo de transformações e buscar, a formação inicial, mas atender que esta consiste apenas na formação básica, o processo de formação de professores deve ser concebido como uma prática que não cessa daí o nome de formação continuada.

4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS BASES LEGAIS

A Constituição Federal de 1988 representou para a EJA avanços significativos, quando em seu artigo 208 garantiu a educação para todos, bem como estabelecer a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com jovens e adultos, com atenção às características específicas do aluno matriculado no ensino noturno.

A Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional – LDBEN, 9394/96, foi mais enfática ainda, quando nos artigos 37 e 38, da seção V, essa modalidade recebeu uma dignidade própria, mais ampla e elimina uma visão de exterioridade com relação ao descrito na constituição anterior e na Lei N° 5.692/71, quando a obrigatoriedade só chegava até aos jovens de 14 anos. A nova Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB 9394/96 propôs também, em seu artigo 3°, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Assim, a Lei estimula a criação de proposta metodológica alternativa para a EJA, quando considera educação escolar e trabalho como uma identidade do aluno trabalhador, que não teve acesso ao ensino fundamental.

As Diretrizes Curriculares Nacionais abrangem os processo formativos da Educação de Jovens e Adultos como uma das modalidades da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da LDBEN 9394/96.

A identidade própria da Educação de Jovens e Adultos (modalidade da Educação Básica) considera, entre outras: as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias desse alunado. Além disso, considera:

- a) **O Princípio da Equidade** (a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um modelo igualitário de formação e restabelecimento a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação);

- b) **O princípio da Diferença** (a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seu conhecimento e valores);
- c) **O Princípio da Proporcionalidade**(a disposição e adequação dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas garantam aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica);
- d) **A Proposição de Modelo Pedagógico Próprio** (apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais).

As Políticas públicas em curso que estão voltadas à Educação de Jovens e Adultos no Brasil são: Brasil Alfabetizado, Pró-Jovem, Fazendo Escola, FUNDEB.

E ainda mais recente, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, conta com um documento que embora marcado por limites políticos-ideológicos, assegura grande valorização a essa modalidade (CNE/CEB 11/2000). Este documento trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, e assegura que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por meio da escola assuma a função reparadora, o que significa não só a entrada no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado, mas o direito de uma escola de qualidade (BRASIL, 2000):

O aspecto equalizado vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros seguimentos sociais (...) contemplando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social (...) Há também a função qualificadora, ou permanente, voltada para a solidariedade e igualdade, com a tarefa de propiciar a todos a atualização dos conhecimentos de conhecimentos por toda a vida.

Assim, o aparato legal criou muitas possibilidades para a educação da população adulta com alguns bons resultados, no sentido corrigir a visão preconceituosa, que foi sendo permeada ao longo do processo de educação de

adultos e gradativamente, desmentindo a ideia de incapacidade de aprendizagem designa ao educando adulto.

Mesmo diante dos avanços, nos últimos anos tem sido observado que há muito tempo o ensino noturno tem enfrentado problemas e sinais de crise, fato evidenciado nos elevados índices de repetência, evasão e analfabetismo funcional. Esses problemas podem está relacionados, por exemplo, a utilização de metodologias d currículo inadequados para atender as especificidades dos discentes da educação de jovens e adultos, pois essa modalidade é composta de um público bastante diversificado, como adolescente, jovens, adultos e idosos, sem distinção de cor, credo, nível social e outros.

Um currículo para a EJA precisa articular a teoria e a prática, para dá sentido, significado e conteúdo à escola precisam levar em conta os elementos que consideram o currículo como espaço de cultura; as competências como eixo de aprendizagem; a prioridade da competência de leitura e de escrita; a articulação das competências para aprender; e a contextualizar no mundo do trabalho (SÃO PAULO, 2010).

A Educação de Jovens e Adultos deve considerar o conhecimento prévio do aluno, sua cultura, diversidade, pois ele possui uma historia vivenciada e que não pode ser ignorada pela escola. Essas experiências de vida, na família, no trabalho e na comunidade faz da EJA uma educação diferenciada, com um público competente para exigir uma abordagem de ensino aprendizagem pautada no seu cotidiano. Gadotti (1979), afirma que:

A educação de jovens e adultos deve ser sempre uma educação multicultural, desenvolvendo conhecimento prévio e fazendo sempre a integração na diversidade cultural, a qual leva o educador a conhecer bem o seu campo de trabalho, pois assim terá o conhecimento necessário para desenvolver projetos relacionados à educação com qualidade.

Outro ponto discutido é o papel do Estado no processo de formação de professos da EJA, como as iniciativa políticas e pedagógicas do governo somente a partir da de 1940, com destaques para a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do INEP, incentivando e

realizando estudos na área; entre outras; não alterando a abordagem inicial, principalmente quanto à formação de professores e prática em sala de aula, alfabetizando os jovens e adultos à formação de professores e prática em sala de aula, alfabetizando os jovens e adultos à sombra da educação infantil.

Na década de 80 a educação de jovens e adultos passou a ser denominada Educação de Jovens e Adultos – EJA, a constituição de 1988 garante educação para todos e mais avanços ainda com a Lei N° 9.394/96, que estabelece a formação adequada para professores da EJA, no entanto os professores ainda estão à margem dessa formação e que ainda há muita discriminação em relação a essa modalidade de ensino no que se refere aos atores envolvidos: alunos, professores, coordenados, entre outros.

Contudo vale ressaltar que a EJA, além de ser um modelo pedagógico indispensável para vencer o desafio do analfabetismo brasileiro de uma vez por todas, também pode ser considerada uma metodologia base para a formação de alunos e professores para os níveis elementar e médio.

Dessa forma, esses docentes poderão entender melhora vencer as barreiras de aprendizagem de seus alunos por meio de uma formação adequada. Afinal, o que se deseja é que as pessoas aprendam a aprender. Só assim o conhecimento poderá ser multiplicado e plenamente utilizado. Isso vem diretamente ao encontro do interesse nacional em aumentar a produtividade e a competitividade dos países ao nível internacional.

No entanto, na Educação de Jovens e Adultos, os desafios ainda são grandes comprometendo à erradicação do analfabetismo, e dificultando a vinculação ao mundo do trabalho e com a economia solidária.

A Educação de Jovens e Adultos deve considerar o conhecimento prévio do aluno, pois ele possui uma história vivenciada e que não pode ser ignorada pela escola. Essas experiências de vida, na família, no trabalho e na comunidade faz da EJA uma educação diferenciada, com um público competente para exigir uma abordagem de ensino-aprendizagem pautada no seu cotidiano.

Arruda (2005) cita que:

A EJA tem que casar trabalho e educação. Para isso, precisa ser estruturada como um sistema diferente do sistema escolar tradicional. Tem que ser desenhada para atender as condições de vida e trabalho de pessoas que têm como ocupação principal garantir o suficiente para si e para suas famílias, quer como arrimos de família, quer para obter rendimento complementar.

Para Gadotti (2009), compreende-se a Educação de Jovens e Adultos a educação popular, a não formal e a educação comunitária como sinônimo (embora não sejam). É nesse contexto que a Economia Solidária se conecta com a Educação de Jovens e Adultos. Singer (2002), parte do pressuposto de que as unidades produtivas devem ser autogestionárias, como a posse coletiva dos meios de população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo fundamental para a tomada de posicionamento e formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade e nos diversos setores que a compõe. A Educação de Jovens e Adultos assume um importante papel no âmbito social, pois muito mais do que trabalhar as habilidades de leitura e escrita, ela trabalha o resgate da cidadania buscando caminhos para a inclusão social, e nesta perspectiva pode ser uma das alternativas de inclusão desses trabalhadores e alunos. Porém é difícil fugir da conclusão de que essa modalidade de ensino está relegada ao segundo plano dos governantes e da própria sociedade.

As turmas de Educação de Jovens e Adultos são geralmente formadas por diferentes tipos de pessoas, em sua maioria, trabalhadores informais, agricultores, pescadores, garimpeiros, catadores, entre tantos outros trabalhadores que possuem seus próprios meios de produção. Os alunos que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos, e que em sua grande maioria são trabalhadores que não tiveram oportunidade de estudar na idade regular e agora querem através dos estudos buscar o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que desde seus primórdios a educação de jovens e adultos tem poucos investimentos e enfrenta diversos problemas. Com o passar dos anos foram conquistados alguns avanços no que diz respeito a legislação, mas os investimentos ainda são mínimos diante da demanda de pessoas que precisam recuperar o tempo perdido. . O aluno da EJA passa na maioria das vezes por um processo de exclusão social que o impede de dar continuidade aos seus estudos. Diante de tantas dificuldades grande parte dos alunos da EJA terminam por adentrar as portas da evasão.

Um importante instrumento na disseminação da EJA foram os Movimentos de Educação Popular que buscam promover o desenvolvimento de um olhar crítico, que facilita o desenvolvimento da comunidade que o educando está inserido, valoriza os saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos saberes. Destacando nesse movimento a

figura do grande educador e ícone da Educação de Jovens e adultos Paulo Freire.

A educação servirá dentro dessa proposta um instrumento de libertação e tomada de consciência crítica dos jovens e adultos, pois as habilidades de leitura e escrita a serem dominadas pelos educandos tornar-se-ão instrumentos para o acesso a cidadania e para a autonomia da gestão de seus negócios

REFERÊNCIAS

CUNHA, C.M. **Introdução- discutindo conceitos básicos**.In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de Jovens e Adultos, Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo. **A alfabetização de Adultos: é ela um que fazer neutro?** Educação e sociedade, v.1, n.1, set, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo.**Educação: o sonho possível**. In: BRANDÃO, C.R (org) O educador, vida e morte. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GADOTTI, M. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, L.O. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Brasília 1997.

MOURA, M.G.C. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre Educação de Adultos**. 13º Ed- São Paulo, Cortez, 2003.

PRIORE, M.L.M. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 2004.

ROMANELLI, O.O. **História da educação no Brasil**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária: Universidade Federal da Paraíba, 1999.

Vieira ,M .C. Fundamentos **históricos , políticos e sociais da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.